

# Renda do trabalho dos brasileiros tem a maior alta desde o Plano Real

Aumento chega a 11,7% em 2023 na esteira de maior gasto público, mas pode não se sustentar

Fernando Canzian

SÃO PAULO A renda do trabalho dos brasileiros em 2023 teve o maior salto desde o Plano Real, quando a queda abrupta da inflação, a partir da metade de 1994 e em 1995, promoveu forte aumento do poder de compra no país. Enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 2,9% em 2023, houve aumento real, acima da inflação, de 11,7% na massa de rendimentos do trabalho. É quase o dobro do câmbio de 2022 (6,4%) e o melhor resultado desde 1995 (12,9%), segundo cálculos de Marcos Hecksher, da Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Outros dados, de Marcelo Neri, diretor da FGV Social, mostram que a renda real domiciliar per capita saltou 12,5% no ano passado. A conta considera a renda das famílias dividida pelo total de membros. Ambos resultados são como base a Fead (Fórmula Nacional por Amostragem de Domícilios Contínuo da IBGE).

Nos 12 meses que antecederam o lançamento do Plano Real, em 7 de julho de 1994, a inflação chegou a 4.922% — e fecharia aquele ano em 916%. Em 1995, despencaria a 22%, turbinando o poder de compra dos trabalhadores. Desta vez, a ajuda da inflação na renda foi marginal: caiu de 5,7% em 2022 para 4,62% no ano passado. A partir do segundo semestre de 2022 e ao longo de 2023, porém, o Brasil viveu uma explosão do gasto público, aparentemente com efeitos multiplicadores na economia. A grande dúvida é se a renda maior ao fim de 2023 se guiará crescendo, ou mesmo se conseguirá manter no novo patamar — pois boa parte dela dependeu de dinheiro estatal, de mais déficit e do aumento da dívida pública.

Inicialmente, deu-se a demora de incentivos, benefícios e corte de impostos providos por Jair Bolsonaro (PL) na segunda metade de 2022 em sua tentativa de se reeleger. Depois, veio a PEC da Transição, de R\$ 145 bilhões, para que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pudesse gastar mais em 2023. Lula também retomou a política de aumento para o salário mínimo acima da inflação (com ganhos para 26 milhões de aposentados no piso do INSS), concedeu reajuste ao funcionalismo público federal e retornou programas, como o Minha Casa, Minha Vida.

Embalados pelo gasto público, os anos de 2022 e 2023 fecharam com alta do PIB acima da média dos anos pré-pandemia, em 3% e 2,9%, respectivamente. No mesmo período, a taxa de desemprego caiu de 9,6% para 7,8%. Mas, entre as principais medidas adotadas tanto por Bolsonaro quanto Lula, antes e depois da troca de governo, ficou a manutenção do benefício de R\$ 600 para milhões de famílias por meio do Auxílio Brasil (no segundo semestre de 2022) e o Bolsa Família (a partir de janeiro de 2023), quando foram acrescidos mais R\$ 120 por criança de 0 a 6 anos para as famílias beneficiárias. Em relação a antes da pandemia — após o tríplice 2020-2021-2022 atípico para a renda —, o Brasil triplicou o que vem ganhando com o Bolsa Família, passando de 0,4% do PIB para 1,5%. O programa prevê este ano quase R\$ 170 bilhões para 21 milhões de famílias. Juntas, elas reúnem mais de um quarto da população.



Homem trabalha em estaleiro na cidade de Ipouca, em Pernambuco. Eduardo Azeiteiro - 6 jun. 23 / Folhapress

Alta da massa real de rendimentos do trabalho é a maior desde o Plano Real



Alta dos componentes da massa de rendimentos em 2023\*



\* Soma dos rendimentos brutos recebidos por todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos. \* Descontada a inflação. Fonte: Marcos Hecksher (Ipea) com dados anuais da Fead-C (IBGE).

Vários estudos mostram que esse tipo de benefício direto às famílias pobres tem grande potência multiplicadora na renda e no emprego. Trabalho organizado por Neri, da FGV Social, e outros autores mostrou que o Bolsa Família é, de fato, o programa que melhor atinge quem mais precisa.

Numa escala em que todos os programas chegassem realmente aos mais pobres, o alvo seria 2. O Bolsa Família chega a 0,64. O BCP (Benefício de Prestação Continuada) o mais "pró-pobre" dentro das transferências federais que são vinculadas ao salário mínimo, 0,07 — muito longe da eficácia do Bolsa Família.

Outro trabalho, de Nereide Menezes Filho, do Centro Brasileiro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância, sustenta que, para cada R\$ 1 a mais por capita oferecido em um programa como o Bolsa Família, o PIB por capita do município onde o dinheiro é gasto cresce R\$ 4. Para Neri, uma das principais explicações para o salto da renda em 2023 pode estar no efeito do Bolsa Família. "Se fizermos um negócio focado nos pobres, guardando recursos fiscais para quem é mais 'pró-pobre' possível, o efeito multiplicador é enorme para o que é mais 'pró-pobre' possível, o efeito multiplicador é enorme", afirma.

Se fizermos um negócio focado nos pobres, guardando recursos fiscais para o que é mais 'pró-pobre' possível, o efeito multiplicador é enorme

Marcelo Neri  
diretor da FGV Social

São normalmente aqueles que pertencem às famílias mais pobres e que se atendem com seu trabalho — e o Bolsa Família, de um modo geral, tem considerável penetração nos dois grupos. Entre os trabalhadores formais do setor privado, no entanto, o ganho nos rendimentos foi de apenas 2,9%. Mas, em recuperações econômicas, é esperado que o aumento do emprego e da renda comece a ganhar tração primeiro no setor informal.

Há, no entanto, dois grandes riscos no horizonte da recuperação do trabalho e da renda. O primeiro é o fiscal. O novo arcabouço do governo Lula tem como meta zerar o déficit da União neste ano, mas muitos economistas não acreditam que isso seja possível sem um corte de despesas.

Uma preocupação recorrente é que, como o PIB de 2023 mostrou uma economia parada na segunda metade do ano — após o forte impulso fiscal do segundo semestre de 2022 e dos gastos maiores no começo do ano passado —, existe o risco de o governo Lula tentar voltar a pisar no acelerador do gasto, com impacto no déficit e na dívida pública.

Do contrário, de políticas "pró-pobres" como as defendidas por Neri, o governo também vem anunciando ou renovando outros gastos e incentivos a empresas e setores, até por pressão do Congresso — o que pode minar a capacidade futura de sustentar políticas "pró-pobres".

O segundo risco é a inflação. Em 2023, a taxa de investimentos na economia foi de apenas 6,5%, insuficiente para aumentar a oferta de bens e serviços de forma sustentável. Com a renda crescendo, pressões inflacionárias podem voltar, colocando em xeque os cortes da taxa básica de juros (a Selic) pelo Banco Central. E são os juros menores que podem estimular investimentos produtivos para aumentar a oferta de bens e serviços.

Segundo André Braz, coordenador dos índices de preços do FGV Ibre (Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a inflação no setor de serviços (dois terços da economia) e o "grande desafio para 2024". Braz projeta o IPCA fechando o ano de 4% neste ano, mas alerta para o risco fiscal. "Temos um problema. A prioridade deveria ser atacar isso, diminuindo o risco país [a percepção que investidores internacionais têm do Brasil] e estabilizar a taxa de câmbio", afirma. Caso contrário, se o dólar subir, ele será um poderoso canal inflacionário pela via das importações — podendo interromper a queda dos juros e o aumento dos rendimentos do trabalho no Brasil.